

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DO ITAJAÍ

1 Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e três, reuniram-se na Universidade do
2 Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI, sito à Rua Dr. Guilherme Gemballa,
3 13 – Jardim América, no município de Rio do Sul, os membros do Comitê e demais
4 convidados. Dando início à assembléia, o Vereador Celso Marcelino da União das Câmaras
5 de Vereadores do AVI - UCAVI convidou para compor a mesa as seguintes pessoas:
6 Senhor Hans Prayon, presidente do Comitê; Professora Beate Frank, Vice-presidente do
7 Comitê; Senhor Aldo Schneider, Secretário da décima quarta Secretaria de
8 Desenvolvimento Regional; Senhor Ildo Küll, Prefeito de Lontras; Professor Francisco
9 Fronza, Pró-Reitor de Ensino da UNIDAVI, representando o reitor da UNIDAVI; o Senhor
10 Marcio Silveira, representando o Secretário da décima sétima Secretaria de
11 Desenvolvimento Regional; Senhor Vanderlei da Silva, representando o Secretário Adjunto
12 da décima terceira Secretaria de Desenvolvimento Regional e o Senhor Ernani Dutra,
13 Secretário da décima segunda Secretaria de Desenvolvimento Regional. Após a
14 composição da mesa procedeu-se a execução do Hino Nacional. Em seguida o Vereador
15 Celso Marcelino passou a palavra ao Professor Francisco Fronza, que saudou os presentes
16 em nome da UNIDAVI, ressaltando que o espaço da universidade era propício para
17 discussões como a que ia acontecer e desejou que o evento fosse profícuo. O Senhor Aldo
18 Schneider colocou que o desenvolvimento da região passa por discussões e que o
19 empreendimento (Salto Pilão) sairá se for interessante para a comunidade, após todas as
20 discussões que forem necessárias, e as Secretarias se colocam à disposição do Comitê.
21 Passou-se a palavra ao Senhor Hans Prayon que saudou as autoridades nominadas e os
22 presentes, e chamou atenção à responsabilidade de todos com relação ao tema a ser
23 discutido. O Senhor Celso Marcelino desfez a mesa principal, solicitando para compor a
24 mesa de trabalho o Senhor Hans Prayon, a Professora Beate Frank, o senhor Oscar Graf, a
25 Senhora Rosemari Bona, a Professora Noemia Bohn e a Senhora Maria Juçara Pamplona,
26 a qual ficou com a responsabilidade de mediar as discussões. Dando início aos trabalhos o
27 presidente apresentou o **primeiro item da ordem do dia**: leitura e votação da ata da
28 assembléia ordinária anterior. Como todos já tinham recebido a ata os presentes acharam
29 desnecessária a leitura da mesma; colocada em aprovação, foi aprovada por unanimidade.
30 No **segundo item da ordem do dia**: a Professora Beate Frank apresentou o papel do
31 comitê e a importância do trabalho articulado do Comitê com as secretarias regionais,
32 dirigida aos Secretários Regionais. Iniciou explicando a origem do gerenciamento de
33 recursos hídricos, na Conferência Internacional de Água e Meio Ambiente de Dublin, em
34 mil novecentos e noventa e dois, onde discutiu-se o comprometimento dos governos em
35 todas as esferas com o tema. Os princípios estabelecidos nesta conferência serviram de base
36 para desenvolver a legislação brasileira, em que a unidade territorial de planejamento é a
37 bacia hidrográfica. Para gerenciamento dos recursos hídricos dois órgãos devem ser criados
38 em cada bacia: o comitê e a agência. Em Santa Catarina as discussões em torno do

39 gerenciamento de recursos hídricos iniciaram após as enchentes em mil novecentos e
40 oitenta e três. A Lei Estadual de Recursos Hídricos foi promulgada em 1994, e em mil
41 novecentos e noventa e seis o Comitê do Itajaí foi criado pelas entidades regionais e
42 vinculado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Foi instalado em mil novecentos e
43 noventa e oito, seguindo as diretrizes nacionais. Para gerenciar é necessária uma grande
44 articulação regional. Os cinco instrumentos do gerenciamento de recursos hídricos são:
45 outorga; sistema de informações de recursos hídricos, estes dois instrumentos cabem ao
46 Estado; plano de recursos hídricos da bacia; enquadramento da água por classes de uso do
47 rio e cobrança pelo uso da água; estes três cabem ao Comitê. A Prof^a. Beate destacou que
48 acima de tudo o que se quer é o uso múltiplo das águas e dirimir os conflitos, quando
49 houver. Destacou também que o Estado é quem controla a água e para isso deve ter órgãos
50 ambientais bem estruturados. Entre as ações do Comitê, a Prof^a. Beate listou: Semana da
51 Água, realizada há cinco anos; Programa de Recuperação da Mata Ciliar com dez projetos
52 na bacia; discussão sobre o Parque Nacional da Serra do Itajaí; Análise do empreendimento
53 Salto Pilão; Projeto com SAMAE para compra de esgotos; e o Prêmio Otto Rohkohl de
54 Conservação da Água. Após esta explanação a Prof^a. Beate fez a seguinte proposta aos
55 secretários presentes: para estreitar as relações entre as secretarias de Desenvolvimento
56 Regional e o Comitê, os gerentes regionais passam a participar das reuniões da Comissão
57 Consultiva do Comitê e, o Comitê designaria seis representantes para atuar junto aos
58 Conselhos de Desenvolvimento Regional. Após este momento deixou-se a palavra aberta
59 aos secretários presentes. O Senhor Aldo Schneider propôs que os secretários participem
60 das discussões do Comitê, e o Comitê das discussões das secretarias, pois legalmente não
61 se pode abrir os Conselhos para novos membros. O Senhor Ernani Dutra explicou que as
62 secretarias tem seus representantes fixos e sugeriu que o Comitê procure parceiros nos
63 municípios e no Comitê Temático do Conselho de Desenvolvimento Regional.) A Prof^a.
64 Beate achou a sugestão interessante e pediu os dados dos gerentes ambientais para incluir
65 na lista de contatos da Comissão Consultiva do Comitê. A Senhora Maria Jussara sugeriu
66 ainda que os membros do Comitê sejam convidados para reuniões do Conselho. No
67 **terceiro item da ordem do dia:** A Senhora Maria Jussara passou a palavra à Prof^a. Noemia
68 Bohn para apresentar o parecer da Comissão sobre o Aproveitamento Hidrelétrico de Salto
69 Pilão e conduziu uma votação para saber se os membros preferiam voto secreto ou não. Por
70 unanimidade os membros preferiram realizar as votações em aberto. Pediu ainda que as
71 sugestões e as dúvidas fossem deixadas para o final da apresentação. A Prof^a. Noemia
72 iniciou apresentando os membros pareceristas: Prof. Dr. Adilson Pinheiro, Prof^a. Dr^a.
73 Noemia Bohn e Prof. Dr. Alexandre Uhlmann, da FURB; Prof. Dr. Antonio Beaumord,
74 Prof. Dr. MSc. Gustavo Natorf de Abreu e Prof. MSc. Leonardo Rorig, da UNIVALI. O
75 trabalho da equipe resultou de diversas reuniões com o empreendedor, com a FATMA, com
76 os setores afetados e com os membros do Comitê. A Prof^a colocou que o objetivo é
77 esclarecer os membros do Comitê sobre os impactos ambientais do empreendimento e
78 construir um parecer a ser enviado para o Governo do Estado.. Ao término da apresentação
79 deixou-se a palavra em aberto. O acadêmico da Universidade Federal de Santa Catarina,

80 Rodrigo Fronza, colocou que a diminuição da vazão do rio vai prejudicar a dispersão dos
81 poluentes, prejudicando o turismo e comprometendo a saúde pública, pediu para incluir
82 medidas de tratamento de efluentes neste trecho afetado, a sugestão foi colocada em
83 votação, com dezenove votos a favor a sugestão vai ser inserida no parecer. O acadêmico
84 ressaltou ainda que existem diversas espécies que necessitariam de um estudo mais
85 aprofundado, como a lontra, araponga, jacuaçu e o gato de mato. Colocou ainda que com
86 relação à fauna ictiológica os dados são incorretos, devendo ter medidas para permitir a
87 migração dos peixes. As sugestões do Rodrigo foram aprovadas por vinte e sete votos a
88 favor. O estudo mais aprofundado foi aprovado. A Senhora Regina, representante da
89 ACIRS, perguntou como os pequenos negócios sustentáveis da região seriam afetados e
90 também como seria o uso da energia gerada e a influência da vinda da mão-de-obra da
91 região. A Profª. Noemia colocou que a energia vai para a rede e com relação ao impacto
92 sócio-econômico, não cabe aos órgãos ambientais se posicionarem, já que o ônus será das
93 prefeituras. O Senhor Aldo Schneider colocou que estas medidas serão contempladas na
94 Licença Ambiental Prévia e na Licença Ambiental de Instalação, com participação do
95 Ministério Público Estadual. O Senhor Ernani expôs que em várias reuniões na região
96 decidiu-se que será construído um documento a ser encaminhado ao Vice-Governador,
97 sendo que as deliberações da assembléia poderão ser incorporadas também. O Senhor
98 Alexandre Pires da Unidade de Conservação Floresta Nacional de Ibirama, que fica a cinco
99 quilômetros do empreendimento, colocou que a referida unidade não foi citada no parecer,
100 e é a maior área de mata atlântica próxima do empreendimento. A FATMA já fez um
101 parecer a respeito da unidade e já existe um plano de manejo sustentável para a unidade, em
102 parceria com o rafting que também será afetado. Com isso, propõe: (um) incluir as unidades
103 de uso sustentável nas medidas compensatórias; (dois) incluir a Floresta Nacional de
104 Ibirama nos setores turísticos em questão para que se possa investir no plano de manejo da
105 unidade. A Profª. Noemia coloca que a área vai deve ser beneficiária de medidas
106 compensatórias advindas do licenciamento ambiental do AHE Salto Pilão, no termos do art.
107 36, § 3º da Lei nº 9.985/2000, destinadas à elaboração do seu plano de manejo e a
108 investimentos na área turística. A segunda sugestão foi colocada em votação e recebeu
109 vinte e oito votos a favor e uma abstenção. O Senhor Elias João de Melo da ACAPRENA,
110 coloca a preocupação do Prof. João de Deus Medeiros da UFSC, com relação à espécie
111 *Raulinoa echinata*. O Senhor Elias falou que não existem dados suficientes para aprovação
112 do parecer, para isso seria necessário um novo EIA/RIMA ou um complemento para
113 esclarecer e depois decidir. Colocou também que a região já tem outras usinas, e por isto já
114 deu sua contribuição à questão energética. O Senhor Neyi Locatelli colocou que a
115 Comissão foi um pouco além do que foi pedido quando citou: “é possível a
116 compatibilização do AHE de Salto Pilão com a atividade de turismo e lazer ...” e quando
117 citou “é possível a compatibilização do AHE de Salto Pilão com o uso da água para
118 manutenção do equilíbrio ecológico ...”. Para ele a comissão deveria ter ficado apenas nas
119 constatações. A Profª. Noemia acha a colocação pertinente e se propõe a alterar o texto. O
120 Senhor Amilton Machado Alcântara ressaltou que os impactos positivos não foram citados e

121 lembra a mesa que estes já foram discutidos em assembléia anterior. O Senhor Luiz
122 Alexandre Müller pediu que fosse criada uma Área de Preservação Permanente na Ilha das
123 Cutias pela Prefeitura Municipal de Ibirama. Aproposta foi colocada em votação e
124 aprovada por vinte e sete votos a favor e uma abstenção. O Senhor Robson Pollmann
125 coloca que não será tão simples desligar a usina nos finais de semana para garantir as
126 atividades de rafting, lembra também do impacto social dos operários do empreendimento.
127 Os pareceristas colocaram que segundo informações obtidas com a ANEEL, é possível
128 desligar a usina nos finais de semana. A Senhora Maristela Macedo Poleza sugeriu incluir a
129 perda da qualidade e da quantidade de água, além da perda da beleza cênica. O Prof.
130 Leonardo diz que não se pode afirmar que haverá perda da qualidade da água, são apenas
131 suposições, disse também que a questão já está no parecer e que vai ser melhor escrita. O
132 Senhor Carlos Henrique Sedlacek sugeriu deixar bem claro as conclusões e as
133 recomendação tratadas na assembléia. A Senhora Maria Jussara coloca o parecer
134 apresentado pela comissão e as sugestões aprovadas em votação, foram 27 votos a favor.
135 Em seguida coloca em votação a questão do empreendimento, com as seguintes opções: a
136 favor sem restrições, a favor com restrições e contra. O resultado foi o seguinte: nenhum
137 voto a favor sem restrições, vinte e dois votos a favor com restrições e quatro votos contra.
138 A Prof^ª. Beate Frank pediu a palavra para justificar seu voto: votou contra porque não quer
139 perder a paisagem e porque estava sentindo os membros apreensivos. Sugeriu ainda que o
140 texto final seja enviado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos em regime de urgência,
141 para ser discutido na reunião do dia quatorze de agosto. Colocou-se em votação, obtendo
142 vinte e sete votos a favor e uma abstenção. Prof^ª. Noemia sugere que se crie uma comissão
143 de acompanhamento das recomendações propostas. Os seguintes nomes manifestaram
144 interesse em participar desta comissão: Jéferson Valdir da Silva, da Policia Ambiental,
145 Dalmir da Silva, da UNIDAVI; Paulo Grunwald, da Associação dos Engenheiros; Luiz
146 Muller, da Ilhas das Cutias; Jaci Bortolon, da Associação do Municípios do Alto Vale do
147 Itajaí; Ney Locatelli, da CASAN e a . Noemia Bohn, da FURB. O Prof. Leonardo pediu
148 que se garanta junto à FATMA e ao Governo, que o empreendedor chame esta comissão.
149 Para finalizar, o Senhor Hans Prayon parabeniza a disciplina e a colaboração das idéias dos
150 participantes e colocou que Santa Catarina não tem energia suficiente para a produção e
151 que isto pode acarretar aumento de ICMS. Por isto, a usina é bem acolhida, desde que
152 garanta os anseios da comunidade. Parabenizou também a comissão parecerista e deu por
153 encerrada a assembléia. Nada mais havendo a tratar, eu Oscar José Graf, secretário
154 Executivo, lavro a presente ata que vai por mim assinada e pelo Presidente.

